

Falar de cultura política é a muitos títulos colocar-se num campo de componentes antagónicas. A história cultural, cuja riqueza é considerável desde há alguns anos, situa-se no centro dessa renovação em profundidade do estudo das sociedades humanas, a partir da convergência das ciências sociais de que a *École des Annales* mostrou a via. Referir-se ao político é trabalhar num campo a que os profetas desta mesma escola lançaram o anátema, caricaturando-o, antes que alguns dos seus membros soberbamente o ilustrassem¹. Do mesmo modo, a evocação da cultura política inscreve-se na renovação da história política, operada sob a inspiração de René Rémond e de que a universidade de Paris-X-Nanterre e o Instituto de Estudos Políticos de Paris foram os lugares de eleição². Com efeito, é no quadro da investigação, pelos historiadores do político, da explicação dos comportamentos políticos no decorrer da história, que o fenómeno da cultura política surgiu como oferecendo uma resposta mais satisfatória do que qualquer das propostas até então, quer se tratasse da tese marxista de uma explicação determinista pela sociologia, da tese idealista pela adesão a uma doutrina política, ou de múltiplas teses avançadas pelos sociólogos do comportamento e mesmo pelos psicanalistas. Forçoso é verificar que o historiador, aplicando a situações

¹ Pensamos, em particular, nos trabalhos de François Furet sobre a Revolução Francesa ou, mais recentemente, sobre o comunismo, ou nos de Marc Ferro, sobre a Rússia ou a Primeira Guerra Mundial.

² Encontra-se uma exposição das grandes linhas desta renovação na obra colectiva publicada sob a direcção de René Rémond, *Pour une histoire politique*, Paris, Le Seuil, 1988.

políticas precisas estas grelhas de análise, é levado a concluir que elas não lhe permitem explicar, salvo de maneira parcial, fenómenos complexos que tenta compreender. E se a cultura política responde melhor à sua expectativa é porque ela é, precisamente, não uma chave universal que abre todas as portas, mas um fenómeno de múltiplos parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos.

O que é a cultura política?

Porque a noção é complexa, a sua definição não poderia ser simples. Pode-se admitir, com Jean-François Sirinelli, que se trata de «uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas»³. Desta definição, reteremos dois factos fundamentais: por um lado, a importância do papel das representações na definição de uma cultura política, que faz dela outra coisa que não uma ideologia ou um conjunto de tradições; e, por outro lado, o carácter plural das culturas políticas num dado momento da história e num dado país.

É, porém, evidente que não é possível satisfazer-se com uma definição global, necessariamente abstracta, e que é indispensável examinar o conteúdo da noção, se se quiser poder utilizá-la e testá-la na sua eficácia explicativa. Não voltaremos ao pormenor deste conteúdo que, em seu tempo, foi objecto de uma proposta que permitia delimitar-lhe a abordagem⁴. O objectivo era mostrar que a cultura política constituía um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama. Se o conjunto é homogéneo, as componentes são diversas e levam a uma visão dividida do mundo, em que entram em simbiose uma base filosófica ou doutrinária,

³ É a definição que ele propõe in Jean-François Sirinelli dir., *Histoire des droites*, t. 2, *Cultures*, Paris, Gallimard, 1992, pp. III-IV.

⁴ Serge Berstein «L'historien et la culture politique», *Vingtième siècle. Revue d'histoire*, n.º 35, Jul.-Set. 1992, pp. 67-77.

a maior parte das vezes expressa sob a forma de uma vulgata acessível ao maior número, uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa com os grandes períodos do passado, uma visão institucional que traduz no plano da organização política do Estado os dados filosóficos ou históricos precedentes, uma concepção da sociedade ideal tal como a vêem os detentores dessa cultura e, para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significante.

Foi a encenação de uma das culturas políticas dominantes do último século que constituiu o objecto da obra colectiva *Le Modèle républicain*⁵, em que os autores verificavam que a cultura republicana se inscrevia na linhagem filosófica das Luzes e do positivismo, reclamava a herança histórica idealizada da Revolução Francesa, tirando a conclusão institucional da adequação total destas referências com um regime de tipo parlamentar, preconizava uma sociedade de progresso gradual no seio da qual a acção do Estado, combinada com o mérito dos indivíduos, devia levar à criação de um mundo de pequenos proprietários, senhores dos seus instrumentos de trabalho, ou a uma promoção de que a escola seria o motor, encontrando finalmente, para se exprimir, um vocabulário do qual os termos «cidadãos», «grandes antepassados», «princípios imortais» ou «progresso» constituíssem palavras-chave, enquanto o barrete frígio, a bandeira tricolor, o hino da *Marselhesa*, a representação da Mariana, tão sagazmente analisada por Maurice Agulhon⁶, estabeleciam uma linguagem simbólica adequada aos dados importantes desta cultura política. É dizer que a cultura política supre ao mesmo tempo «uma leitura comum do passado» e uma « projecção no futuro vivida em conjunto »⁷.

⁵ Serge Berstein e Odile Rudelle dir., *Le Modèle républicain*, Paris, PUF, 1992.

⁶ Maurice Agulhon, *Marianne au pouvoir, l'imagerie et la symbolique républicaines de 1880 à 1914*, Paris, Flammarion, 1989.

⁷ Jean-François Sirinelli, «Pour une histoire des cultures politiques», *Voyages en histoire. Mélanges offerts à Paul Gerbod*, Besançon, Annales littéraires de l'Université de Besançon, 1995.

Esta proposta de grelha de leitura do político através da cultura política só tem evidentemente interesse se oferecer a possibilidade de melhor fazer compreender a natureza e o alcance dos fenómenos que é suposto explicar. Sem o que só seria mais um termo, acrescentado sem proveito à gíria técnica dos historiadores. Foi a verificação experimental tentada pela revista *Vingtième siècle*, ao propor num número especial⁸ a uma quinzena de historiadores e de politólogos a aplicação desta noção ao estudo das grandes famílias políticas da França contemporânea (o comunismo, o gaullismo, o centrismo, o socialismo, a Frente Nacional), mas também das sensibilidades filosóficas ou religiosas (a cultura laica, o catolicismo), novas correntes surgidas no campo do político (a ecologia ou as mulheres), especificidades infra ou supranacionais (a cultura política do Norte ou da Aquitânia, ou a Europa face à cultura política francesa). A fecundidade dos resultados surpreende. Não só confirmam a validade da grelha, trazendo mais uma prova ao que se podia evidentemente supor por intuição ou deduzir de estudos anteriores⁹, como permitem ainda afirmar que, no estado actual das coisas, a ecologia ou a corrente feminista não possuem cultura política constituída, aliás como o centrismo, e que não existe cultura política europeia. O que não promete de momento a estas correntes mais que um futuro precário, como se verá ao examinar as funções da cultura política.

Cultura política ou culturas políticas?

Tal como surge aos olhos dos historiadores, a noção de cultura política está pois estreitamente ligada à cultura global de uma sociedade, sem todavia se confundir totalmente com ela, porque o seu campo de aplicação incide exclusivamente sobre o político. Não poderia pois haver antinomia, uma vez que a cultura política, como a própria

⁸ *Vingtième siècle. Revue d'histoire*, n.º 44, Out.-Dez. 1994, número especial *La Culture politique en France depuis de Gaulle*.

⁹ Pensamos em especial na importância de uma cultura política solidamente constituída, a do comunismo, e na brilhante demonstração que dela fez Marc Lazar no seu livro *Maisons rouges. Les Partis communistes français et italien de la Libération à nos jours*, Paris, Aubier, 1992.

cultura, se inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro. Ora, esta noção, largamente utilizada pelos politólogos americanos da escola «desenvolvimentista»¹⁰, foi vivamente criticada, ao ponto de se encontrar hoje completamente rejeitada pela ciência política. Observamos, porém, que a crítica incide sobre dois pontos totalmente alheios à cultura política tal como a encaram os historiadores: em primeiro lugar, a ideia de que existiria uma cultura política nacional própria de cada povo e, por conseguinte, transmitida por herança de geração em geração; em segundo lugar, o pressuposto de uma hierarquia destas culturas políticas nacionais, que levaria a libertar as vias da modernização, isto é, a alinhar as culturas políticas das diversas nações com as normas e os valores das democracias liberais do Ocidente, que se supõe representarem o modelo acabado da modernização das sociedades.

É evidente que a segunda ideia, implicando um juízo de valor, é alheia à abordagem histórica que procura conhecer e compreender, não a exprimir um juízo ou a traçar o sentido da história. Em contrapartida, a primeira merece exame. A ideia é ao mesmo sedutora e pouco satisfatória. Não é absurdo pensar que, encontrando-se a cultura política solidária com a cultura global de uma sociedade, se possam discernir normas e valores comuns que exprimissem as da comunidade nacional, pelo menos na sua maioria. Acontece que, de maneira não menos evidente, todos sentem que a cultura da elite é diferente da cultura de massas (e os desenvolvimentistas americanos reconhecem-no de boa mente), mesmo quando o que mais difere é a expressão e não o fundo cultural¹¹. Além disso, é claro que a história de um país como a França desmente largamente a ideia segundo a qual o debate político se limitaria aos processos de gestão de uma sociedade da qual ninguém poria em causa as normas e a organização. Foi de facto o projecto global desta que, até uma época recente, constituiu o próprio objecto das lutas partidárias.

¹⁰ Ver, em especial, Lucian W. Pye, Sydney Verba (ed.), *Political Culture and Political Development*, Princeton University Press, 1969 (Studies in Political Development, 5).

¹¹ Para debate e crítica da noção de cultura política, ver Bertrand Badie, *Culture et Politique*, Paris, Economica, 1983.

Para os historiadores, é evidente que no interior de uma nação existe uma pluralidade de culturas políticas, mas com zonas de abrangência que correspondem à área dos valores partilhados. Se, num dado momento da história, essa área dos valores partilhados se mostra bastante ampla, temos então uma cultura política dominante que faz inflectir pouco ou muito a maior parte das outras culturas políticas contemporâneas. Pode-se assim admitir que, no primeiro terço do século XX, a cultura política republicana desempenhou um papel dominante, definindo um conjunto de referências, acima evocadas. É esta cultura política dominante que explica a sorte do Partido Radical, que com ela se identifica amplamente¹². No entanto, ao lado desta, existem outras culturas políticas, cujas referências e visões de futuro não são de forma alguma comuns: a cultura política socialista sonha com uma revolução proletária que levaria ao aparecimento de uma sociedade sem classes, a cultura política nacionalista preconiza a criação de um Estado autoritário, eventualmente monárquico, que assentaria nas comunidades naturais, a cultura política católica procura as vias da realização do cristianismo na cidade, através de organizações políticas diversas e por vezes opostas. Mas nenhuma destas culturas antagónicas do modelo republicano se encontra ao abrigo da influência deste e todas devem, mais ou menos, concordar com os seus princípios. O socialismo é obrigado a conjugar socialismo e república, e consegue-o de certo modo através da síntese jaurèsiana, de que se pode dizer, para simplificar, que adere no imediato à cultura republicana, remetendo o socialismo para o futuro¹³. A cultura republicana favorece a emergência, no seio da nebulosa católica, de uma democracia cristã que retém alguns dos seus princípios, mas não a totalidade¹⁴. Finalmente, o próprio nacionalismo, na

¹² Ver, sobre este ponto, Serge Berstein, *Histoire du Parti radical*, Paris, Presses de la Fondation nationale des sciences politiques, 1980-1982.

¹³ Alain Bergounioux, «Socialisme et République», in Serge Berstein e Odile Rudelle dir., *Le Modèle républicain*, op. cit.

¹⁴ Jean-Dominique Durand, *L'Europe de la démocratie chrétienne*, Bruxelles, Complexe, 1995; Jean-Marie Mayeur, *Des partis catholiques à la démocratie chrétienne, XIX^e-XX^e siècle*, Paris, Armand Colin, 1980; Pierre Letamendia, *La Démocratie chrétienne*, Paris, PUF, 1977.

sua versão barrèsiana, aceita uma parte da herança republicana, diferentemente da corrente maurrassiana, que estabelece a sua identidade na rejeição global desta.

Esta osmose entre culturas políticas muito afastadas na origem implica que, longe de constituir um dado fixo, sinónimo de tradição política, estejamos em presença de um fenómeno evolutivo que corresponde a um dado momento da história e de que se pode identificar o aparecimento, verificar o período de elaboração e acompanhar a evolução no tempo.

Um fenómeno evolutivo

Como e porquê nasce a cultura política? A complexidade do fenómeno implica que o seu nascimento não poderia ser fortuito ou accidental, mas que corresponde às respostas dadas a uma sociedade face aos grandes problemas e às grandes crises da sua história, respostas com fundamento bastante para que se inscrevam na duração e atravessem as gerações.

Foi por ocasião da grande crise de legitimidade que marca os anos de 1789 a 1815 que nascem as culturas políticas republicana e tradicionalista, as quais representam as respostas antagónicas a essa vasta sacudida. A Revolução Industrial do século XIX fará nascer o socialismo e o seu antagonista, o liberalismo conservador, enquanto as profundas transformações das técnicas e dos modos de vida dos anos de 1875 a 1890 permitirão a expansão das correntes apoiadas na democracia directa das massas que, de futuro, estarão integradas no jogo político que o nacionalismo e o socialismo renovado do fim do século XIX constituem. As dificuldades de adaptação da religião católica ao mundo moderno estão na origem da cultura democrata-cristã. É a grande crise nacional de 1940-1945 que dá oportunidade ao gaullismo, etc.

Porque surgem ousadas ou inovadoras, estas respostas levam tempo a impor-se. Da nova solução que propõem à sua transformação em corrente estruturada, que provoca o nascimento de uma política normativa, o prazo pode ser muito longo. Foram precisos três quartos de século entre o nascimento da ideia republicana e a implantação na

sociedade de uma cultura política republicana verdadeiramente coe-rente¹⁵. Será preciso meio século para que a conjunção das ideias de solidariedade e das exigências de justiça social do socialismo dê vida a uma cultura política de esquerda de que o Estado-providência constitui o tabuleiro social. Se se considerar que o mendêsismo representa uma cultura política do socialismo moderno muito distinta do marxismo, é forçoso verificar que ele não dá lugar a uma transformação da cultura política socialista (e ainda muito parcialmente) senão com o nascimento do PS em Épinay, em 1971, e que está longe de ter conquistado hoje esta corrente de opinião.

Noutros termos, é necessário o espaço de pelo menos duas gerações para que uma ideia nova, que traz uma resposta baseada nos problemas da sociedade, penetre nos espíritos sob forma de um conjunto de representações de carácter normativo e acabe por surgir como evidente a um grupo importante de cidadãos.

Não menos que a extensão do prazo, os vectores pelos quais passa a integração dessa cultura política merecem que se lhes dê atenção. Verificar-se-á sem surpresa que estes canais são precisamente os da socialização política tradicional. Em primeiro lugar, a família, onde a criança recebe mais ou menos directamente um conjunto de normas, de valores, de reflexões que constituem a sua primeira bagagem política, que conservará durante a vida ou rejeitará quando adulto. Depois, a escola, o liceu, a universidade, que transmitem, muitas vezes de maneira indirecta, as referências admitidas pelo corpo social na sua maioria e que apoiam ou contradizem a contribuição da família. Vêm depois as influências adquiridas em diversos grupos onde os cidadãos são chamados a viver. O exército desempenhou, durante muito tempo, um papel importante, que tende a declinar com a pouca duração do serviço militar, o número reduzido de jovens a que se dirige de futuro e as formas civis que tende a revestir para os estudantes. Em contrapartida, o meio de trabalho continua a desempenhar um papel essencial, mesmo se a sindicalização, dantes factor importante de socialização política, não tem mais que um efeito marginal. O mesmo acontece com a pertença a partidos políticos, fenómeno que foi sempre minoritário em

¹⁵ Serge Berstein. «La culture républicaine», in Serge Berstein e Odile Rudelle dir., *Le Modèle républicain*, op. cit.

França e que tende a sê-lo cada vez mais ainda. Pelo contrário, não se poderia subestimar o papel dos *media*, em especial audiovisuais, nessa difusão de representações normalizadas que é uma cultura política. Sem dúvida que é preciso evitar ver as coisas de maneira excessivamente simplista. Nenhum destes vectores da socialização política procede por doutrinação. Não obstante, a sua multiplicidade proíbe pensar que se exerce sobre um dado indivíduo uma influência exclusiva. A acção é variada, por vezes contraditória, e é a composição de influências diversas que acaba por dar ao homem uma cultura política, a qual é mais uma resultante do que uma mensagem unívoca. Esta adquire-se no seio do clima cultural em que mergulha cada indivíduo pela difusão de temas, de modelos, de normas, de modos de raciocínio que, com a repetição, acabam por ser interiorizados e que o tornam sensível à recepção de ideias ou à adopção de comportamentos convenientes. Que o cultural prepara o terreno do político aparece desde já como uma evidência de que alguns retiraram estratégias. É a observação de que o domínio cultural da esquerda, desde a Libertação, constituía um obstáculo à penetração na opinião das ideias de direita que leva, nos anos setenta, à criação do GRECE, a «Nova Direita», que fixa assim um objectivo «metapolítico», o de preparar, através de uma conquista cultural dos espíritos, o terreno para uma futura conquista política¹⁶.

A cultura política assim elaborada e difundida, à escala das gerações, não é de forma alguma um fenómeno imóvel. É um corpo vivo que continua a evoluir, que se alimenta, se enriquece com múltiplas contribuições, as das outras culturas políticas quando elas parecem trazer boas respostas aos problemas do momento, os da evolução da conjuntura que inflecte as ideias e os temas, não podendo nenhuma cultura política sobreviver a prazo a uma contradição demasiado forte com as realidades.

A cultura política republicana que, no fim do século XIX, coloca o seu ideal social no culto do «pequeno», sonhando com uma socie-

¹⁶ Anne-Marie Duranton-Crâbol, *Visages de la Nouvelle Droite. Le GRECE et son histoire*. Paris, Presses de la Fondation nationale des sciences politiques, 1988.

dade de pequenos proprietários independentes que realizaria as promessas da Revolução Francesa, tem de verificar que tal surge em total inadequação com a evolução económica. Também sem renunciar formalmente, encontra no solidarismo uma estratégia de substituição, mais adaptada ao facto importante da concentração industrial e do desenvolvimento do salariado, e que desde já insiste na necessidade para o Estado, em nome do quase-contrato que liga o indivíduo à cadeia das gerações e à sociedade do seu tempo, de exigir dos mais ricos que realizem, através da fiscalidade, o seu dever social a favor dos mais pobres e mais desfavorecidos. Lógica social que devia conduzir à criação, depois da Segunda Guerra Mundial, do Estado-providência que, embora nunca se tendo reclamado do solidarismo, realiza à evidência o seu desígnio. À falta de adaptação, uma cultura política só pode ter um declínio inelutável. A esclerose da cultura comunista, ligada a um modelo de operariado do século XIX e a uma leitura dogmática do marxismo, muito afastada da realidade das sociedades evoluídas do século XX provenientes do crescimento, tem muito a ver com a sua perda de influência e, por conseguinte, com o declínio do Partido Comunista. Noutros termos, ainda que as representações difiram da realidade objectiva, elas não podem estar em contradição com ela, a menos que se perca toda a credibilidade e se desapareça.

Mas a evolução das culturas políticas não resulta apenas de uma adaptação necessária a circunstâncias forçosamente mutáveis. Ela depende também da influência que possam exercer as culturas políticas vizinhas, na medida em que estas parecem trazer respostas baseadas nos problemas que se depararam às sociedades num dado momento da sua evolução. É assim que, a partir de meados dos anos setenta, a cultura socialista sofre uma verdadeira crise ligada, ao mesmo tempo, à ineficácia demonstrada da economia administrada dos países de Leste e às dificuldades do Estado-providência confrontado com a recessão ou com o fraco crescimento económico, que já não permite libertar os excedentes necessários ao financiamento da protecção social. Desde logo se vê surgir no seu seio uma corrente favorável à adopção, pelo liberalismo, da confiança cega nos mecanismos do mercado, adopção que causa um drama de consciência, porque um dos fundamentos da identidade socialista é a crença na aptidão do Estado para conduzir a economia, que se encontra posta em questão. O divórcio

que então se dá entre a cultura política socialista tradicional, a que aderem os militantes e que constitui a própria base da identidade do Partido Socialista, e essa adopção do liberalismo que alguns socialistas desejam inscrever no tempo, mas que os governos socialistas praticam sem ousar anunciá-lo abertamente, caracterizam bastante bem o processo de evolução das culturas políticas, obrigadas a transformar-se, mas que só podem fazê-lo confrontando-se com tradições de que tiram precisamente uma grande parte da sua força¹⁷.

Resta perguntar qual o interesse que pode revestir o estudo, pelo historiador, desta nebulosa complexa que é a cultura política, colocada na encruzilhada da história cultural e da história política e que tenta uma explicação dos comportamentos políticos por uma fracção do património cultural adquirido por um indivíduo durante a sua existência.

Para que servem a cultura política e o seu estudo?

Recordamos mais uma vez que a verdadeira aposta está em compreender as motivações que levam o homem a adoptar este ou aquele comportamento político. A questão, que mal agitou os historiadores, está, pelo contrário, no centro do questionamento dos politólogos, que colocam geralmente o problema em termos muito contemporâneos sob a forma de um entendimento do fenómeno de participação ou de compromisso político¹⁸. A hipótese das investigações sobre a cultura política é que esta, uma vez adquirida pelo homem adulto, constituiria o núcleo duro que informa sobre as suas escolhas em função da visão do mundo que traduz. O estudo da cultura política, ao mesmo tempo resultante de uma série de experiências vividas é elemento determinante da acção futura, retira a sua legitimidade para a história da dupla função que reveste. É no conjunto um fenómeno individual, interio-

¹⁷ Alain Bergounioux, Gérard Grunberg, *Le Long Remords du pouvoir. Le Parti socialiste français, 1905-1992*, Paris, Fayard, 1992.

¹⁸ Ver, sobre este ponto, a posição do problema pelos politólogos em Nonna Mayer, Pascal Perrineau, *Les Comportements politiques*, Paris, Armand Colin, 1992, ou in Pascal Perrineau dir., *L'Engagement politique, déclin ou mutation?*, Paris, Presses de la Fondation nationale des sciences politiques, 1994.

rizado pelo homem, e um fenómeno colectivo, partilhado por grupos numerosos.

A força da cultura política como elemento determinante do comportamento do indivíduo resulta, em primeiro lugar, da lentidão e da complexidade da sua elaboração. Adquirida no decurso da formação intelectual, beneficia do carácter de certeza das primeiras aprendizagens. Reforçada pela confrontação destas com os acontecimentos surgidos durante a existência humana, continua a aumentar em poder de convicção e no papel de chave da leitura do real. A habituação do espírito à sua utilização como grelha de análise acaba por torná-la um fenómeno profundamente interiorizado e que, como tal, é impermeável à crítica racional, porque esta faria supor que uma parte dos postulados que constituem a identidade do homem fosse posta em causa. Assim, Édouard Herriot, intelectualmente formado numa família da classe média patriota, depois pela universidade positivista e kantiana dos anos de 1880-1890, que se tornou por sua vez professor e partidário do ideal laico, republicano e reformista ligado à herança da Revolução Francesa dos meios em que viveu, vai encontrar no caso Dreyfus ocasião para pôr concretamente em prática a sua cultura política, entrando para a Liga dos Direitos do Homem, militando nas universidades populares e aderindo depois ao Partido Radical, expressão partidária adequada da cultura política de que se reclama. A partir de então, e para o resto da sua existência, é à medida dessa cultura política e dessa experiência de juventude que considerará os acontecimentos políticos, arriscando-se a ficar ultrapassado quando as referências que constituem as bases dessa cultura se deslocaram por efeito da modificação das circunstâncias¹⁹. A partir daí, uma bagagem tão solidamente integrada, e que beneficia do peso da experiência, da dedicação às causas pelas quais se milita, não poderia ser atingida por críticas provenientes da argumentação racional. Quer isto dizer que a cultura política só proviria do instinto, do emocional, da sensibilidade? Isso seria esquecer que a sua aquisição faz supor um raciocínio, que pô-la em prática com um dado facto implica análise ou, pelo

¹⁹ É a demonstração tentada na nossa obra *Édouard Herriot ou la République en personne*, Paris, Presses de la Fondation nationale des sciences politiques, 1985.

menos, a adesão a uma análise proposta e que, se o compromisso é um acto do ser profundo, ele não é nem impulsivo, nem irreflectido. Simplesmente, e todos têm consciência disso, a interiorização das razões de um comportamento acaba por criar automatismos que são apenas o atalho da diligência racional anteriormente realizada.

Se a cultura política acaba por fazer integralmente parte do ser humano, significa isso que, passada uma certa idade, se tornou intangível? Sem aí chegar, pode-se pelo menos admitir que, uma vez alcançada a idade madura, é difícil pô-la em questão, salvo traumatismo grave. Pode-se considerar que a derrota de 1940, o fenómeno da deportação durante a Segunda Guerra Mundial ou, de maneira menos dramática, o movimento de Maio de 1968 para os universitários ou intelectuais, na medida em que põem em causa identidades, trouxeram efectivamente a mutação, o abandono de culturas políticas solidamente instaladas ou a adesão a novas formas de cultura política.

Ora, se a cultura política retira a sua força do facto de, interiorizada pelo indivíduo, determinar as motivações do acto político, ela interessa ao historiador por ser, em simultâneo, um fenómeno colectivo, partilhado por grupos inteiros que se reclamam dos mesmos postulados e viveram as mesmas experiências. Se existe um domínio em que o fenómeno de geração encontra justificação plena e total, é bem este²⁰. Submetido à mesma conjuntura, vivendo numa sociedade com normas idênticas, tendo conhecido as mesmas crises no decorrer das quais fizeram idênticas escolhas, grupos inteiros de uma geração partilham em comum a mesma cultura política que vai depois determinar comportamentos solidários face aos novos acontecimentos. Pode-se assim evocar a geração do caso Dreyfus, a que pertencem homens como Léon Blum, Édouard Herriot, Maurice Viollette ou Joseph Paul-Boncour, detentores da cultura republicana, para quem a fidelidade ao ideal da Revolução Francesa, a crença no progresso, o primado do indivíduo e a defesa dos seus direitos, o regime parlamentar, a vontade de reforma social constituem um conjunto coerente e homogêneo

²⁰ Sobre o fenómeno de geração, ver a utilização que dela fez Jean-François Sirinelli, *Génération intellectuelle*, Paris, Fayard, 1988. Consultar igualmente o número especial *Les Générations, Vingtième siècle. Revue d'histoire*, n.º 22, Abril 1989.

que guiará, durante a sua vida, o seu comportamento político. A partir do fim dos anos vinte, chega às posições importantes uma geração que viveu, nas trincheiras ou na retaguarda, o traumatismo da Primeira Guerra Mundial e que vai, por reacção a esta, repudiar amplamente a cultura republicana em proveito dos dois elementos chave que vão conduzir a sua acção e que são o pacifismo e o realismo²¹. Aristide Briand é o seu inspirador e esta corrente é ilustrada por homens como Joseph Caillaux, Pierre Laval ou Marcel Déat, que não têm decerto a mesma idade, mas que parecem ter retirado as mesmas lições das experiências vividas e que desenvolvem uma cultura política sem tabu e sem fronteiras, para uso dos sobreviventes do grande massacre. Por oposição a esta «geração realista», que se ilustrará pela resignação à derrota de 1940, vê-se aparecer depois desta uma nova cultura política marcada por um retorno ao ideal patriótico, à vontade de renovação económica e social, à união dos Franceses, que marca uma nova cultura republicana, de que o gaullismo será o principal vector²².

Para o historiador, o interesse de identificação desta cultura política é duplo. Permite em primeiro lugar pelo discurso, o argumentário, o gestual, descobrir as raízes e as filiações dos indivíduos, restitui-las à coerência dos seus comportamentos graças à descoberta das suas motivações, em resumo, estabelecer uma lógica a partir de uma reunião de parâmetros solidários, que respeitam ao homem por uma adesão profunda, no que a explicação pela sociologia, pelo interesse, pela adesão racional a um programa se revela insuficiente, porque parcial, determinista e, portanto, superficial. Mas, em segundo lugar, passando da dimensão individual à dimensão colectiva da cultura política, esta fornece uma chave que permite compreender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura. Factor de comunhão dos seus membros, ela fá-los tomar parte colectivamente numa visão comum do mundo, numa leitura partilhada do passado, de uma perspectiva idêntica de futuro, em normas, crenças, valores que constituem

²¹ Jean-François Sirinelli, *Génération intellectuelle*, op. cit., O repúdio do idealismo republicano está descrito in Jean Luchaire, *Une génération réaliste*, Paris, Valois, 1928.

²² Serge Berstein, «La V^e République: un nouveau modèle républicain?», in Serge Berstein e Odile Rudelle dir., *Le Modèle républicain*, op. cit..

um património indiviso, fornecendo-lhes, para exprimir tudo isto, um vocabulário, símbolos, gestos, até canções que constituem um verdadeiro ritual²³.

No centro da nova atenção dada doravante pelos historiadores ao fenómeno cultural, a cultura política ocupa pois um lugar particular. Ela é apenas um dos elementos da cultura de uma dada sociedade, o que diz respeito aos fenómenos políticos. Mas, ao mesmo tempo, revela um dos interesses mais importantes da história cultural, o de compreender as motivações dos actos dos homens num momento da sua história, por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que nele têm e da imagem que têm da felicidade. Todos os elementos respeitantes ao ser profundo, que variam em função da sociedade em que são elaborados e que permitem perceber melhor as razões de actos políticos que surgem, pelo contrário, como epifenómenos.

²³ Serge Berstein, «Rites et rituels politiques», in Jean-François Sirinelli dir., *Dictionnaire historique de la vie politique française au XX^e siècle*, Paris, PUF, 1995.